



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO Nº 701/2024, Pregão Presencial 35/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão e controle de margem consignável com lançamento em folha de pagamento, disponibilização de sistema informatizado e a manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva deste sistema, atendimento, capacitação e assessoramento para a execução dos serviços descritos neste documento, devendo a solução de software atender fielmente às legislações aplicáveis a este ente federativo, em especial, o Decreto Municipal nº 128, de 06 de março de 2018.

À PGM,

A empresa **FÁCIL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA S/A**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

II – DAS RAZÕES

Em resumo, a impugnante alega:

- supostas inconsistências verificadas no edital;

III – DO MÉRITO

Trata-se de peça impugnatória apresentada pela empresa **FÁCIL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EM INFORMÁTICA S/A**, na qual a empresa argumenta que a previsão contida no item 10, letra B.2, alínea “a” do edital, que exige a publicação de balanço patrimonial em diário oficial ou jornal de grande circulação, deixou de ser obrigatória para companhias de capital fechado.

Outro tópico debatido pelo impugnante foi sobre a suposta ausência de amparo legal para que o edital do certame exija as certidões indicadas nos subitens B.3, B.8 e B.9, acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente. E, ainda, evidencia provável erro material na redação dos subitens B.3 e B.9, do Edital, alegando que os dois itens exigem o mesmo documento e que, caso a redação não seja retificada, poderá confundir os licitantes.

a. Da alegação de irregularidade na exigência prevista na cláusula que versa sobre documentação comprobatória para Qualificação Econômico-Financeira.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Sobre o tema, a empresa relata que a redação indicada no item 10, letra B.2, alínea “a”, do edital do certame, não faz distinção entre as companhias de capital aberto e fechado ao exigir a publicação do balanço patrimonial em diário oficial ou jornal de grande circulação, argumentando que tal exigência deixou de ser obrigatória para as companhias de capital fechado, visto que o simples protocolo no SPED já seria suficiente para efetivar a publicidade do ato e comprovação da existência da empresa, sua legitimidade de representação e sua aptidão para assumir obrigações.

Inicialmente, antes de aprofundar o debate, se torna imperioso trazer a íntegra da redação questionada, que indica o que segue:

“B.2 - Balanço Patrimonial e Demonstração Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

15.20.1. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

a) Sociedades regidas pela Lei nº 11.638/07 (Sociedade Anônima): publicados em Diário Oficial ou publicados em jornal de grande circulação; ou fotocópia, registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.” (Grifo nosso)

Sobre as regras acima estipuladas no edital supracitado, as quais foram contestadas na peça impugnatória, um aspecto que chama atenção, fato esse que não foi indicado pelo impugnante, consiste na **constatação de que, para análise da Qualificação Econômico-Financeira, também há a possibilidade de dar publicidade às Demonstrações Contábeis das Sociedades por meio de registro/autenticação na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante**, visto que a redação é clara ao dizer que o licitante pode escolher entre as três possibilidades para realizar tal ato, já que utiliza a conjunção alternativa de escolha “ou” entre os três procedimentos apresentados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Contudo, não obstante ao parágrafo anterior, o impugnante citou as alterações trazidas pela Lei Complementar 182/2021, em especial, a possibilidade das companhias de capital fechado realizarem publicações de forma eletrônica. Sendo assim, argumentando que o protocolo emitido pelo SPED já seria necessário para cumprimento da exigência prevista no item 10, letra B.2, alínea “a”, do edital do certame.

Ainda sobre a matéria, o impugnante também apresentou jurisprudência sobre o caso concreto, por meio da decisão do Tribunal de Justiça do estado de Minas Gerais, a qual corroborou com seus argumentos, visto que indica o seguinte: “(...) Restringindo-se a determinação do edital e da Lei 8.666 de 1993, à exibição do ato constitutivo devidamente registrado, a exigência de publicação no Diário Oficial é ato legal que extrapola os limites legais e editais.”.

Isso posto, se torna imperioso reforçar o disposto no art. 40, I, da Lei 8.666/93 que estabelece que o edital deverá conter o “objeto da licitação de forma sucinta e clara”; a exigência visa assegurar o tratamento isonômico entre os participantes e, ainda, garantir a eficiência da atuação administrativa. É através da definição clara e precisa do objeto da licitação que se poderá verificar a adequação da proposta ao que a Administração Pública busca contratar. Destaca-se, ainda, que somente assim é que se garante um julgamento objetivo por parte do ente licitante.

Pela lição do ilustre Marçal Justen Filho, temos:

“(…) o ato convocatório deve descrever o objeto de modo sumário e preciso. A sumariedade não significa que possam ser omitidas do edital (no seu corpo e nos anexos) as informações detalhadas e minuciosas relativamente à futura contratação, de modo que o particular tenha condições de identificar o seu interesse em participar do certame e, mais ainda, elaborar a proposta de acordo com as exigências da Administração.”

Além do princípio da isonomia e legalidade, a administração permanece adstrita aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para adoção dos critérios a serem estabelecidos no edital, necessários ao atendimento do interesse público em busca da melhor



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

proposta e, ainda, na ampliação da competitividade considerando os mais diversos possíveis interessados.

b. Das alegações referentes a Certidão de Falência ou Recuperação Judicial

Outra questão discutida na peça impugnatória, versa sobre a exigência da apresentação de Certidão de Falência ou Recuperação Judicial, contida nos subitens B.3, B.8 e B.9, do referido edital.

Sobre tal previsão, a licitante alega que não há amparo legal para exigência de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca da sede da licitante, tenham atribuição para expedir certidões negativas de recuperação judicial, concordatas e falências, somente estando dispensada a apresentação da declaração quando se tratar de Distribuidor Unificado.

No que tange ao questionamento acima, cumpre informar que a exigência para apresentação da referida declaração oficial da autoridade judiciária competente se faz necessária uma vez que os procedimentos licitatórios permitem a participação de empresas de diversos municípios, se tornando inviável o conhecimento a respeito dos distribuidores competentes para cada um desses locais. Assim, a boa prática aliada a aplicação dos princípios da razoabilidade, eficiência e proporcionalidade, amparam tal exigência.

Ainda sobre os subitens supracitados, a licitante também evidencia a ocorrência de erro material na redação dos subitens B.3 e B.9, visto que são praticamente idênticos e solicitam a mesma Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial. Sobre isso, esta Comissão entende que a redação de fato deve ser retificada a fim de evitar interpretações equivocadas.

Não obstante os pontos atacados na presente impugnação se tratar de matéria de cunho técnico, é se torna imperiosa a análise das razões contidas na peça impugnatória, uma os apontamentos trazidos apresentam questões de aparente relevância.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

IV – DA CONCLUSÃO

Tendo em vista o conteúdo se tratar de matéria técnica acompanhado pelo fato desta especializada não possuir a expertise técnica necessária para opinar sobre o tema, entendemos ser de competência da Secretaria Requisitante certificar-se a esse respeito, bem como, caso entenda necessário, adequar o Termo de Referência afim que a licitação alcance a melhor proposta e não fira a competitividade do certame.

Diante do exposto, submetemos à apreciação da d. Procuradoria e, em seguida, à Secretaria Requisitante.

Em 11/01/2024

MARIA LÚCIA CARDOSO TRAVASSOS
Mat. 111.813

De acordo

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS
Pregoeira
Mat. 109.262